

Dominique Schnapper, *Contra o fim do trabalho*. Coleção Repensar, nº 1, Lisboa: Terramar, 1998, 122 p.

A edição em livro da entrevista dada por Dominique Schnapper ao jornalista Philippe Petit surge em momento oportuno — o de um intenso debate sobre o futuro da sociedade salarial — e coloca-se claramente contra as visões radicais do *fim do trabalho*, associadas à revolução tecnológica.

Este debate de final de século fica marcado por um jogo de forças entre os que acreditam no fim do trabalho e os que reivindicam o direito ao ócio permanente e, também, pela confusão generalizada em que as teorias acerca do valor incontestável do trabalho, desde Marx a Robert Castel — se viram lançadas. Contra este estado de coisas, Dominique Schnapper estrutura as suas respostas claramente em torno de um argumento que considera central: é uma utopia pensar que o trabalho escasseia e que em breve ele chegará ao fim pela simples razão de que lhe é reconhecido, entre outros méritos, o de se apresentar na estrutura organizativa da sociedade como o elemento chave para a integração social. É, assim, em torno deste argumento que vai anunciando pistas para a reinterpretação e reafirmação do valor do trabalho quer para a sociedade, quer, em particular, para o indivíduo.

Embora a «conversa» incida em três grandes áreas — *Trabalho e Cidadania*, *Dignidade do Homem no Trabalho* e *Novos Valores a Partilhar* — Schnapper acaba por

abordar uma multiplicidade de questões que, *a priori*, não se imaginava ver tratadas, o que se deve sem dúvida à destreza de quem conduz o diálogo. Questões caras à Sociologia, desde o valor do trabalho nas sociedades modernas, às classes sociais, ao feminismo, à imigração, aos métodos de investigação sociológica, até ao «*projecto da construção europeia*» vão sendo pontuadas, ao longo do discurso, por incursões (ainda que breves) em áreas da Filosofia, da Política, da Economia, da História e da Psicologia. Neste sentido, tornam-se particularmente relevantes os comentários que ela tece à teorias de autores centrais para os temas que lhe são propostos, designadamente de Castel, Rosanvallon, Rifkin, Aznar, Lecourt e outros.

Retomando o seu argumento central, uma das razões que levam a autora a classificar a ideia do fim do trabalho de «absurda», «ingénua» e «perigosa» repousa no facto de as pessoas não terem ainda deixado de manifestar vontade em trabalhar. Hoje em dia, na maioria dos casos, pode-se trabalhar menos, mas isso não significa que o trabalho tenha deixado de ser uma norma — ele continua revestido do seu papel central para os que trabalham, mas sobretudo para os que se encontram privados de participar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a advertência de Dominique Schnapper é clara: «pode sonhar-se com outro mundo, mas não se deve negar a realidade daquele em que vivemos».

De acordo com a posição reivindicada pela autora, parece linear, ao longo de toda a entrevista, a relação indissociável que estabelece entre trabalho produtivo e cida-

dania. Sendo o trabalho encarado como a condição indispensável para que o indivíduo aceda à sua condição de cidadão activo, com todos os direitos e benefícios de que a própria cidadania se reveste, parece claro, a certa altura, que ele se apresente também como o antídoto contra o risco de exclusão.

A definição de trabalho que a autora apresenta traduz bem o valor social de que ele é portador: «modo de assegurar a vida material, de estruturar o tempo e o espaço, lugar de expressão da dignidade de cada um de nós e de intercâmbio social». E acrescenta: «é o tempo do trabalho profissional que dá sentido aos outros momentos da vida».

Registe-se que esta ideia de que só a participação na esfera do trabalho produtivo – ou, segundo os padrões normais, o emprego – pode garantir contra o risco de exclusão é passível de alguma contestação, não só porque a «qualidade» do emprego também importa para o estatuto de inclusão, mas também porque existem outras esferas de inclusão para além da do mercado de trabalho em que, não havendo participação, se pode igualmente gerar exclusão ou, pelo menos, marginalização social. Embora se considere a não participação no mercado de trabalho regular o grande factor que desencadeia situações de exclusão, tal não impede que um indivíduo que participe nessa esfera não possa, de igual modo, estar excluído, tudo depende do sub-sistema em que a exclusão ocorre. Por outro lado, merece registo a crescente participação na esfera do mercado de trabalho precário – que embora produtivo, não corresponde aos padrões de trabalho que a autora defende – e que pode ser encarada como uma forma de ultrapassar muitas situações de exclusão.

É certo que não se pode dizer que Dominique Schnapper descure, na sua análise, a importância do trabalho precário. Confrontada com o risco de atribuir exclusivamente ao trabalho a responsabilidade de

continuar a assegurar a função de integração social, num quadro de crescente instabilidade e precariedade laboral, a autora reconhece a necessidade de revalorizar o trabalho através de formas alternativas ao «emprego», de reconhecida utilidade social, as quais descreve com mais pormenor na parte final da entrevista.

Inevitavelmente, o papel do Estado-Providência é colocado no centro dos debates sobre o futuro do trabalho. A autora concorda com a opinião generalizada de que este passa por uma profunda crise financeira, que co-envolve uma crise do contrato social – ou seja, a crise financeira agrava a crise social. A situação actual, sendo expressão da crise da integração pelo emprego, põe em cheque a função de redistribuição do Estado-Providência, a qual é particularmente importante para combater as situações de exclusão. Neste contexto, o Estado deve-se esforçar cada vez mais por actuar no domínio da prevenção ao invés de se limitar intervir na fase terminal dos processos de exclusão.

Embora os exemplos da autora se reportem à realidade social francesa, a leitura feita não perde o sentido à luz do que se passa em Portugal, apesar de todas as especificidades que têm vindo a ser imputadas ao Estado-Providência português.

O reconhecimento de que os problemas do desemprego escapam cada vez mais à acção dos Estados nacionais conduz inevitavelmente a uma abordagem do «projecto de construção europeu» e dos impasses da «Europa social». Aqui, Dominique Schnapper faz transparecer um grande cepticismo sobre esse projecto à medida que desenvolve os seus argumentos. Se a Europa, enquanto entidade política, constitui um projecto razoável e desejável, a supremacia de um poder supranacional levanta-lhe sérios problemas. O mérito do projecto europeu recaiu, sobretudo, no facto de ter permitido pôr termo às velhas guerras entre os Estados. A construção de uma Europa Social apresenta outras exigências, porém,

tanto mais difíceis de alcançar quanto os Estados-Providência tiveram processos históricos de construção muito diferentes. Esta atitude, um pouco radical, não deixa margem de manobra para o enquadramento de tentativas de actuação concertadas ao nível da pobreza, da exclusão e, sobretudo, ao nível do emprego, no âmbito de uma «Europa social», mesmo que embrionária e deficitária no contexto da sua própria definição.

A segunda parte do livro, sobre a «Dignidade do Homem no Trabalho», permite à autora reforçar alguns dos argumentos apresentados na primeira parte. Ela considera que o trabalho é, acima de tudo, fonte da dignidade pessoal, daí que o desemprego seja encarado como um «período de humilhação». O «desemprego total» traduz-se, segundo Schnapper, na humilhação do desempregado, no seu aborrecimento quotidiano, no enfraquecimento das relações sociais que conduzem, por vezes, à solidão absoluta. É frequente ao longo da entrevista a comparação do desempregado com o reformado, contrapondo ao desempregado o estatuto social superior e a dignidade que o reformado detém, a qual lhe é garantida por uma trajectória vinculada ao emprego.

Registe-se, a propósito, que esta leitura dos factos dificilmente pode ser aplicada a uma realidade como a portuguesa – por não ser este o caso da esmagadora maioria dos reformados portugueses. No mesmo sentido, a associação do desemprego à crise familiar não deixa de suscitar alguma reflexão sobre as particularidades da nossa própria realidade. Os estudos realizados pela autora permitem essa associação e, em última análise, o reconhecimento de que os processos de exclusão pelo desemprego culminam, frequentemente, na total solidão. Alguns estudos realizados entre nós, pelo contrário, mostram o papel amortecedor ainda efectivo das redes de solidariedade, não só as de âmbito familiar, mas mesmo outras redes sociais de âmbito mais alargado em situações de desemprego, o

que decerto resulta dos distintos graus de desenvolvimento e de modelos organizativos das duas sociedades europeias.

É particularmente rica a sua interpretação dos processos de exclusão/inclusão. Apesar de algumas das suas definições – como «desemprego total» – poderem conduzir a uma concepção da exclusão enquanto privação absoluta, a vários níveis, a autora deixa muito clara a ideia de que podemos viver em simultâneo processos de exclusão e inclusão na medida em que toda a organização social se estrutura em diferentes níveis que vão desde a família, à empresa e à nação, os quais mantêm entre si relações de tipo dialéctico que implicam a possibilidade de existir inclusão a uns níveis e exclusão a outros.

O impacto das mudanças que estão a ocorrer à escala global no mundo do trabalho e da integração é ainda analisado pela autora, designadamente a marginalização do mercado de trabalho de toda uma «geração sacrificada». Relacionada com os processos de globalização e as recentes transformações tecnológicas, a questão da capacidade de as sociedades resistirem a estas mudanças é resolvida através da sua percepção de que se irá assistir a uma revalorização do trabalho mediante o desenvolvimento de um sector que ficou incólume à revolução tecnológica e onde o indivíduo pode reencontrar a sua utilidade social – o «*sector dos serviços pessoais*», também designado, por outros autores, como o terceiro sector ou a economia solidária.

Em suma, o argumento de Dominique Schnapper é de que não se está a caminhar para o fim do trabalho, mas para uma mudança das formas dominantes do trabalho e da própria estrutura dos empregos. No entanto, reconhece que o bom desempenho do sector dos serviços pessoais exige não só o reconhecimento, generalizado, de que esse tipo de trabalho confere a dignidade a que os indivíduos aspiram, como uma aceitação, por parte de todo o sector de produção mercantil, do financia-

mento desses novos postos de trabalho (ou «actividades»), em termos que não correspondam a uma «ajuda» mas a uma «troca justa». A autora faz ainda um último apelo à sociedade para a necessária interiorização do reconhecimento da utilidade social daqueles que não trabalham no sector mercantil, «profissionalizando» essas actividades, para garantir, deste modo, o reconhecimento social que só se adquire trabalhando.

De leitura acessível, abrangente nas temáticas focadas, o livro de Dominique Schnapper constitui uma fácil e rápida introdução ao pensamento da autora que, recorda-se, toma geralmente como o ponto de partida das suas análises os indivíduos e as suas emoções, ou seja, aborda os problemas como se ela própria os vivesse. Ao proporcionar uma radiografia da actual situação social francesa, a leitura desta obra possibilita ainda um contraponto estimulante com a sociedade portuguesa. ■

Ana Raquel Matos

Gilberto Dupas, *Economia Global e Exclusão. Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*, São Paulo: Editora Paz e Terra AS, 1999, 219p.

(...) mas como a nossa terra é rodeada de rochedos inabordáveis e fundos precipícios, temos conseguido permanecer ao abrigo da rapacidade das nações europeias, que desejam com furor inconcebível as pedras e as escórias da nossa terra, e que, para as possuírem, matariam até ao último de nós (Cândido, Voltaire).

1. Este trabalho pretende apreender as consequências, em diferentes níveis, do fenómeno a que se convencionou chamar

«globalização», em especial nos campos do mercado de trabalho, das estruturas produtivas, do espaço (em especial nos países em vias de desenvolvimento) e das funções do Estado.

O entendimento do autor sobre o fenómeno da globalização vai no sentido de o caracterizar por um duplo traço – «enorme integração dos mercados financeiros mundiais» e «crescimento singular do comércio internacional» (p.14) – e pela presença marcante das «empresas transnacionais».

O que, na verdade, é novo nos dias de hoje, quando comparamos a nossa época com outros momentos da História da Humanidade, é o facto de as novas tecnologias de comunicação e informação permitirem uma tremenda velocidade na transmissão de dados que leva a «que a dimensão espacial – geográfica (distâncias e localização) perca parte de sua importância» (p.16), ou seja, tudo (aparentemente) está disponível em qualquer local do globo, durante 24 h, e à velocidade da luz.

Esta «aceleração da história» permitiu a) que nas funções do Estado não se incluam agora as de «guardião das garantias sociais» (p.16) e seja posto em causa o conceito de «Estado – nação»; b) que se crie uma tremenda desigualdade entre nações (e grupos de nações); c) que as empresas transnacionais sectionem as suas cadeias produtivas e localizem segmentos das suas produções em qualquer local do mundo (onde lhes seja mais lucrativo¹) podendo, no limite, encarregar-se apenas do «desenho» dos produtos, da organização da produção e da comercialização dos mesmos; d) que o mercado de trabalho sofra profundas modificações: da estabilidade no vínculo da relação laboral, da protecção dos direitos sociais dos trabalhadores, passa-se para uma situação de desregulamentação e de informalidade no mercado de trabalho, ou, como afirma Dupas, «Desregulação e liberalização são requerimentos necessários ao capitalismo global, mas os governos acabam tendo de contrabalançar seus efeitos nega-

tivos, ampliando suas políticas de proteção de bem-estar social» (p.56); e que deixem de fazer sentido coisas que considerávamos perfeitamente estabelecidas, como sejam as «fronteiras» entre empresas industriais e de serviços, ou entre empresas industriais e financeiras.

Esta situação de tremenda desigualdade entre o poder económico e político de diferentes blocos económicos e entre diferentes grupos sociais cria algo de novo nas sociedades actuais – a pobreza (como a não satisfação de um conjunto de necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação) e a exclusão (de algo). De facto, nas palavras de Dupas, «a sociedade contemporânea criou um sério problema ao centrar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social», pois criou o risco real «de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas têm» (p.17).

2. As sociedades de hoje vivem sob o signo da informação, que utiliza meios que tanto podem ser integradores como portadores de exclusão, podendo afirmar-se, com Schlesinger (citado por Dupas, p.98), que «o computador transforma o mercado em uma monstruosa máquina maléfica global que rompe todas as fronteiras, (...) negando às nações a possibilidade de moldarem seu próprio destino económico, (...) criando uma economia mundial sem uma sociedade mundial».

Assim, para ilustrar esta afirmação, Dupas mostra-nos a forma como a globalização afecta a economia e a sociedade de alguns países da América Latina – Brasil, Argentina e México.

A partir da constatação, algo simplista, de que «(...) há uma óbvia correlação entre nível de emprego e crescimento económico» (p.117), – resta saber qual o sentido da relação –, as (H)istórias que Dupas nos conta sobre a evolução recente daqueles três países latino-americanos é de uma crescente precarização do processo de cresci-

mento das economias (cada vez menos auto-sustentado e cada vez mais dependente), de flexibilização (e informalização) do mercado de trabalho e de uma «exclusão» e pobreza cada vez mais acentuadas.

Assim, no Brasil, por exemplo, no período entre 1986 e 1998, nas «regiões metropolitanas» (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo), enquanto o mercado de trabalho formal perdia 348 mil postos de trabalho, o mercado de trabalho informal criava mais de 2,6 milhões de postos de trabalho (p.129).

Este fenómeno talvez encontre alguma explicação no facto deste país ter conhecido um processo de urbanização extraordinariamente rápido e acentuado – «nos últimos cinquenta anos, (...)», as cidades brasileiras passaram de 12 milhões para 130 milhões de pessoas» (p.124) –, o que, seguramente, coloca sérios problemas em termos de absorção de mão-de-obra, de ordenamento do território, de criação de infra-estruturas e equipamentos, etc.

A situação argentina tem como novidade adicional o facto de a sua economia se ter integrado no «sistema mundo» a partir de 1976 (data do golpe de estado militar), pondo fim a uma experiência, vinda desde final dos anos vinte (coincidente, portanto, com a grande crise de 1929), de institucionalização de um modelo de crescimento económico «endógeno», de substituição de importações, o que permitiu criar «um forte mercado nacional sem nenhum setor significativo da população argentina marginalizada do processo de crescimento económico» (p. 142).

As consequências deste processo de integração da economia da argentina no sistema mundial foram as «normais»: flexibilização das relações de trabalho e aumento das situações de pobreza.

A situação mexicana não de afasta grandemente das análises feitas para o Brasil e a Argentina – apenas a chamada de atenção para situações de grande volatilidade na componente cambial (entre Janeiro

e Outubro de 1997, o Banco Central mexicano perdeu «17 bilhões dos 25 bilhões de dólares das suas reservas iniciais» (p.157)). O resto da história é semelhante – aumento da flexibilidade (precaridade) do mercado de trabalho, pobreza crescente.

A partir destas descrições o autor conclui: «A lógica globalização e do fracionamento das cadeias produtivas, (...), incorporou os bolsões de trabalho baratos mundiais sem necessariamente elevar-lhes a renda» (p. 165).

3. No último capítulo o autor apresenta várias teses, produzidas por diferentes autores e por uma instituição internacional, onde se aborda a relação entre desemprego e exclusão social.

Dentre estas diferentes teses podemos referir as pessimistas (para quem as novas tecnologias, incluindo as de informação, significam o fim do emprego e a pobreza crescente de fracções significativas da população trabalhadora), caso de Reich e Rifkin; as optimistas (para quem as novas tecnologias criam novas oportunidades de emprego e novas formas de emprego – o emprego em rede, por exemplo), caso de Castells; as realistas (para quem a situação actual coloca problemas novos que obrigam a novas respostas, quer enquanto necessidade de criar uma «Comunidade de bem-estar social» quer enquanto verdadeiro programa político, casos, respectivamente, de Lipietz e de Giddens); as pragmático/cínicas (para quem a solução de tudo se encontra no mercado, incluindo o mercado de trabalho e, portanto, o que é fundamental é flexibilizar este), caso dos chamados neo-keynesianos; até, finalmente, à institucional (para quem o Estado deve, nos dias de hoje, assumir novos papéis: defesa do emprego e garantia de um rendimento mínimo), caso da OIT.

A conclusão do nosso autor é a de que o início do século XXI não se apresenta risonho, sendo certo que nos dias de hoje o capitalismo vive com base em duas contradições (por enquanto insanáveis): a

«dialética da concentração versus fragmentação» e a «dialética da exclusão *versus* inclusão» (p.195).

E em que falta ao Estado assumir um novo papel (tal como refere a OIT) – o seguinte: «Sem um Estado efetivo, desenvolvimento económico e desenvolvimento social sustentados parecem impossíveis» (p. 201).

Alguns desencanto? Sem dúvida, mas as apreciações que nos são apresentadas para discutir o futuro merecem isso mesmo – ser lidas e discutidas, pois também nos dizem respeito (seguramente por isto, mas também pela clareza de apresentação dos argumentos, vale a pena ler esta obra). ■

Bernardo Campos

Nota

¹ «A flexibilidade conseguida pelo atual modelo racionaliza o uso do capital, colocando-o onde as melhores condições de mercado apontam. (...). Mas o trabalhador vive a instabilidade de poder estar ora dentro, ora fora do mercado de trabalho» (54).

Pierre Bourdieu, *Les Structures Sociales de l'Économie*, Paris: Seuil, 2000, 289 p.

«*Enquanto a economia versa sobre a forma como as pessoas fazem escolhas, a sociologia versa sobre a forma como as mesmas não têm qualquer escolha a fazer*». É por intermédio desta frase, da autoria de Bertrand Russell, que Pierre Bourdieu nos coloca perante um dos pilares temáticos – ainda que a sua (omni)-presença se revista, não raras vezes, de uma particular subtilidade – desta obra: a génese das relações entre o processo de construção dos objectos e procedimentos metodológicos no campo científico e a luta simbólica pela conservação ou transformação do mundo social através da conservação ou transformação dos princípios da

divisão deste último (ou seja, das representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que, de forma mutualista, contribuem decisivamente para a realidade – reificação – das próprias divisões).

O ponto de partida da obra de Bourdieu identifica-se com um questionamento crítico da abstracção, singular e primordial, sobre a qual assenta uma parcela considerável dos esteios teóricos e metodológicos da actual ciência económica, e que consiste na dissociação das práticas económicas face à ordem social na qual está integrada toda a prática humana, ou seja, na projecção de um pensamento economicista depurado de uma imbricação nas demais dinâmicas sociais, legitimando, então, uma negação da inscrição da factualidade económica enquanto «facto social total». O autor almeja, neste sentido, uma mobilização do conjunto dos saberes disponíveis sobre as diferentes dimensões da ordem social para aceder a uma compreensão, simultaneamente estrutural e construtivista, do campo económico, rompendo, assim, com a imposição tutelar de uma «pan-teoria económica» fundada, desde logo, e em nome de uma concepção tão estreita quanto estrita da racionalidade (identificada, monoliticamente, com a racionalidade individual do *homo economicus*), numa obliteração da análise das condições sociais que marcam a génese das disposições e das estruturas económicas que condicionam o exercício da referida racionalidade. Segundo Bourdieu, a pertinência destes procedimentos é absolutamente crucial num contexto actual em que a teoria económica, singularmente «esterilizada» do seu enquadramento social e histórico, surge, mais do que nunca, apetrechada dos meios próprios de «se tornar verdadeira» e «empiricamente verificável», sustentada na hegemonia de um discurso neo-liberal que, enquanto *self-fulfilling prophecy*, apresenta a particularidade de, por uma lado, servir de matriz de orientação das disposições, apre-

ciações, escolhas e práticas daqueles que ocupam as posições dominantes no capítulo das relações do campo económico e, por outro lado, fazer valer a sua força, propriamente simbólica, nas relações de campo, delimitando os «máximos de consciência económica possível» e naturalizando as desigualdades na distribuição dos recursos activáveis no jogo de campo. Bourdieu invoca a necessidade da construção de modelos históricos alternativos susceptíveis de, em observância à «*embeddedness*» da economia no social (e independentemente da legitimidade das abstracções operadas mediante as diversas necessidades analíticas), salvaguardar a assumpção do verdadeiro objecto de uma real leitura praxiológica da economia, na superação da ilusão de uma «universalidade a-histórica» das categorias e conceitos utilizados na ciência económica (e na descrição do campo económico, tido como cosmos auto-referencial e auto-poiético, obedecendo unicamente a regras próprias e universalmente aplicáveis): a economia das condições de produção e reprodução dos agentes e das instituições que, por sua vez, agenciam a produção e a reprodução económica, cultural e social.

A aplicação, em termos da construção de um objecto de investigação empírica, dos princípios desta nova «economia das práticas económicas» (agudamente crítica daquilo a que W. Reddy denomina de *market culture*, teoria social semi-espontânea baseada numa perspetivação das relações sociais exclusivamente a partir do seu potencial de accionamento dos interesses e das trocas mercantis) encontra-se, neste trabalho, associada ao estudo do «mercado da casa» (ou seja, do campo de produção e comercialização de casas individuais) estruturado e disponível no território francês. Bourdieu faz assentar a leitura da sociogénese do referido «mercado da casa» numa articulação de diversos ângulos de análise, sendo que três destes merecem uma atenção particular: o plano das disposições dos

agentes e a estrutura do campo de produção de habitações, o campo do Estado e o seu peso na construção do mercado das casas individuais e, por fim, a influência do campo dos poderes locais.

No primeiro dos vectores perspectivados, o autor começa por sublinhar a especificidade do produto «casa», objecto de estudo ideal para a demonstração das estruturas sociais da economia, composto por um património de bens materiais e simbólicos dotados de um conjunto de propriedades históricas próprias e propriamente ligadas quer à inserção do grupo que a habita – Bourdieu não deixa de vincar a intensidade da imbricação dos imaginários e imagéticas da família tradicional no sistema de disposições subjectivas de apreciação da habitação – num percurso histórico específico, quer à invocação de um projecto colectivo em torno do futuro da unidade doméstica – ou seja, da (re)produção dos seus referenciais de coesão e integração. A aquisição da habitação individual é percebida, deste modo, como um investimento económico e uma investidura social (servindo como expressão privilegiada do «ser social» dos proprietários e como elemento de estruturação do projecto de reprodução biológica e social do grupo doméstico), sendo que a prevalência de toda uma miríade de «mitologias da casa» condiciona que as propriedades deste produto só sejam definíveis na relação entre as características objectivas, técnicas e formais, do mesmo e os esquemas, subjectivos, estéticos e éticos dos *habitus* que estruturam a sua percepção e apreciação. Este elemento «mitológico» providencia, igualmente, um efeito de fechamento do campo da oferta, na medida em que, ao negarem tendencialmente a consideração de outras possibilidades de satisfação do desejo e necessidade de habitação, as próprias empresas construtoras contribuem para a reprodução da imposição de uma maneira particular de satisfazer tal aspiração (concebível, evidentemente, dentro dos limites possíveis do

arbitrio simbólico-mitológico dominante no capítulo das representações sobre a casa), sob a *illusio* e a aparência de uma adequação aos gostos do consumidor. Bourdieu evita, no entanto, uma captura analítica nas limitações de uma abordagem estritamente fenomenológica desta «mitopoiésis» (conceito tributário da teoria de Ernst Cassirer) do objecto «casa» – na qual se inclui a primazia simbólica da compra sobre o arrendamento –, equacionando, no que diz respeito a uma leitura da génese social das preferências dos compradores, a influência do volume e da estrutura dos capitais (mormente, o económico e o cultural) dos indivíduos (bem como a sua classe etária, profissional, a sua pertença classista de origem) na distribuição das probabilidades de acesso à propriedade (tendo em conta a localização, as características e os modos de vida ligados à habitação, assim como as possibilidades de acesso ao crédito e o tempo de trajeto dispensado no processo de aquisição da mesma), revelando o carácter ilusório do discurso da «democratização» deste último. Já no que se conecta com um enfoque sobre a estrutura do campo das sociedades construtoras de casas individuais (atravesado por algumas oposições fundamentais, tais como a que separa as grandes sociedades nacionais de promoção e construção – com fortes ligações aos grandes grupos bancários – das pequenas e médias empresas de implantação local e regional, baseadas em capitais familiares e com débeis ligações ao mercado financeiro, ou a que distingue as filiais dos grandes grupos construtores – de vocação exclusivamente regional e inteiramente especializadas no fabrico de casas individuais – das pequenas empresas locais integradas, orientadas para uma produção mais diversificada), o autor analisa, sincrónica e diacronicamente, a questão das continuidades e transformações na repartição diferencial do peso de campo específico detido pelas empresas analisadas, frisando, pertinentemente, as mar-

gens de liberdade e acção estratégica por parte dos tendencialmente «dominados» – ou seja, das empresas com menor poderio económico e financeiro – no sentido da alteração da relação das forças de campo (mormente em contextos conjunturais de crise do sector, valorizando-se os acumuladores simbólicos da maior proximidade face aos consumidores e do acréscimo do sentimento de confiança sustentado pelo carácter «familiar» da empresa, ou, ainda, por via do jogo das ortodoxias e heterodoxias publicitárias, procurando reforçar as garantias associadas ao modo de fabrico artesanal de habitações – por oposição à imagem de superioridade de experiência, racionalidade, legitimidade científico-técnica e dotação tecnológica projectada pelas grandes construtoras), não descurando, por outro lado, a própria luta de campo interna que se desenrola em cada empresa pela definição das estratégias de acção presentes e futuras.

Na vertente da escarpelização da acção estatal no processo de estruturação do «mercado da casa» – mais do que um mero «regulador/controlador», o campo estatal surge, neste domínio, como um verdadeiro «construtor» dos processos de mercado –, Bourdieu assume a premissa da rejeição do visionamento essencialista do Estado enquanto realidade bem definida, bem delimitada e unitária, envolvida numa relação de exterioridade com as forças externas (elas próprias, bem definidas), encarando-o, outrossim, como um conjunto de campos burocráticos ou administrativos no interior dos quais os agentes e grupos de agentes governamentais e não governamentais lutam, em pessoa ou por procuração, pela obtenção do «monopólio da violência simbólica legítima», ou seja, do poder de impor como universal e universalmente aplicável, dentro das fronteiras de um determinado país, um conjunto comum de normas coercitivas. Bourdieu envereda, nesta obra, mais por uma linha teórica mais próxima da *network analysis* de autores como Edward

Laumann ou Mohamed Djouldem do que das posições – defendidas, entre outros, por Theda Skocpol e Nicos Poulantzas – mais tradicionais sobre a correspondência ou a autonomia dos agentes grupos no campo do poder. Como tal, o autor perspectiva o papel do Estado francês, da década de 60 até aos anos 90, no controlo directo (por via de uma regulamentação específica adicionada à infra-estrutura jurídica vigente – direito da propriedade, direito comercial, direito do trabalho, etc.) e indirecto (através de uma regulamentação geral – controlo dos preços de mercado, enquadramento das políticas de crédito imobiliário, etc.) do mercado da habitação num eixo de articulação com a análise da luta e da distribuição de forças entre os «agentes eficientes», ou seja, entre as entidades que, com base na detenção de uma ou várias propriedades actantes no campo, recolhem um peso de campo suficiente para orientar, efectivamente, a política de habitação (frise-se a possibilidade de inclusão no rol destes «agentes eficientes» daquilo a que Boissevain denomina de *social brokers* – indivíduos que, embora não detendo poderes decisórios de primeira ordem, desempenham um papel relevante, de vasto alcance, na intermediação dos processos comunicacionais entre os detentores dos poderes propriamente decisórios – e da fracção mobilizada e organizada dos *opinion-makers* e dos grupos de pressão – organizações patronais, sindicais, associações de consumidores), sendo que estes tanto podem pertencer à alta função pública como aos sectores semi-público e privado (Bourdieu não oblitera, no entanto, a observação dos casos em que se verifica um hiato entre a «pertença institucional» e a «pertença sociológica» destes agentes, exemplificando-o no grupo dos eleitos locais com ligações prévias a movimento associados à habitação social). Do conjunto das lutas de campo analisadas (com particular realce, no campo da alta função pública, para a disputa entre os Ministérios do Equi-

pamento e das Finanças – em torno da questão da prevalência de dois sistemas distintos de apoio estatal à habitação: de um lado, a *aide à la pierre*, ajuda financeira pública dirigida aos investimento dos mestres-de-obras, sob a forma de empréstimos a taxas muito vantajosas, visando uma certa estabilidade dos preços de mercado e, de outro lado, a *aide à la personne*, apoio financeiro público, de inspiração pronunciadamente neo-liberal, aos indivíduos que pretendem adquirir uma habitação individual, calculado em função dos recursos e rendimentos e da situação familiar dos beneficiários; Bourdieu retoma, neste ponto, a temática, tratada já em anteriores obras, da luta de campo entre a «Mão Esquerda» – o conjunto dos agentes dos ministérios ditos «despesistas», que são a marca, no interior do próprio corpo de Estado, das lutas sociais do passado – e a «Mão Direita» – os grandes responsáveis do Ministério das Finanças e dos bancos públicos e privados – do Estado francês e entre a pequena e a grande «nobreza de Estado»), o autor releva as invariâncias e as transformações na estrutura dos posicionamentos no campo de forças e lutas pela definição das políticas de habitação, um dos primeiros domínios de confrontação, no *aggiornamento* político francês, entre os partidários da assunção de uma verdadeira política social (pela manutenção dos «direitos sociais» colectiva e publicamente reconhecidos) e os apologetas de um liberalismo mais ou menos radical (pela redefinição e minimalização da alçada interventiva do Estado-Providência e pela imposição de uma orientação das políticas orientadas para o reconhecimento meritocrático do «valor social dos agentes»), destacando as indefinições e incertezas actuais quanto à obtenção de um estatuto hegemónico de posicionamento por parte de qualquer um destes.

É com base numa confirmação do carácter estratégico, relacional e reticular das relações de poder e autoridade que Pierre Bourdieu aborda o terceiro grande vector

de estruturação do «mercado da casa», a dimensão das movimentações de forças e lutas no campo dos poderes locais. Procura-se, desde logo, uma ruptura com a aceitação das explicações hiper-simplificadoras do papel das estruturas objectivas do poder definidas à escala local enquanto mera aplicação mecânica das decisões centrais (transformadoras da administração local num mero executor das directivas emitidas a partir do centro) ou como pura expressão da «resistência» do interesse privado e do particularismo local às decisões do poder central. Intenta-se, por outro lado, alicerçar um patamar de desnaturalização do jugo jurisdicista/legalista na compreensão do funcionamento real dos corpos burocráticos, sendo que o jogo burocrático, embora marcado por um dos sistemas de «regulação de corpo» mais apertados e pela formação de um *habitus professionnel* deveras arreigado, comporta toda uma faceta de indefinição e incerteza, bem como uma margem de liberdade de escolha entre as polaridades da aplicação rigorosa e estrita da «regra» e a transgressão pura e simples. A escolha de abrir uma possibilidade de excepção à regra constitui, ainda, um dos mais comuns e eficazes meios de aquisição de «carisma burocrático» por parte de um funcionário que, por via da activação de canais de comunicação com o exterior do campo burocrático, se constitui em «notável», dotado de uma certa notoriedade nos limites de uma área territorial e de um dado grupo de interconhecimento, assegurando um capital social de relações úteis e um capital simbólico de reconhecimento graças a esta forma particular de «câmbio» em que a «moeda de troca» não é mais do que este «serviço da excepção» a um qualquer utente ou grupo de utentes – mas, muito mais usualmente, a um outro notável ou grupo de notáveis (do interior ou do exterior do campo burocrático). É através da perspectiva destas «grey areas» de aplicação da regra burocrática que o autor parte para uma análise do teor reticular dos contactos

selectivos que os «administrados» mantêm com as diferentes instâncias do poder local, tirando, eles próprios, partido dos conflitos estruturais entre as autoridades presentes no campo burocrático-administrativo local. Toma-se, no entanto, incontornável o reconhecimento das clivagens no vector da distribuição das probabilidades de que dispõem, por exemplo, os diferentes agentes no campo da construção de casas individuais no que se refere ao estabelecimento de contactos privilegiados com os sectores estratégicos do poder local; para além disto, como refere Bourdieu, tanto ao nível da concepção e elaboração das leis e regulamentos como ao nível da sua colocação em prática, nas diversas transacções entre os «funcionários» e os «utentes», a administração projecta, tendencialmente, a preferência pelo contacto com o «notável», como um par, fundando-se um «ajustamento inter-pares» ao invés de um real «compromisso negocial» com uma base organizada. A este nível, parece-nos, no entanto, que o autor não terá tratado com todo o detalhe que eventualmente mereceria a questão dos espaços de «liberdade de jogo» dos agentes exteriores ao círculo restrito da «notabilidade», não frisando devidamente a ambiguidade intrínseca ao funcionamento do poder local que, embora se firme, em boa medida, na busca de alianças estratégicas com as facções dominantes nos diversos campos da vida local, não pode prescindir, inclusivamente por imperativos de ordem eleitoral, de (pelo menos, na aparência do jogo de campo) assumir uma protecção mínima dos interesses dos dominados.

Não se poderá dizer que a obra *Les Structures Sociales de l'Économie* imprima grandes mudanças de fundo na sociologia bourdiana; com efeito, o «arsenal conceptual» com que Bourdieu, uma das referências maiores da sociologia actual, aborda a questão do «mercado da casa» no território francês é já por demais conhecido de todo o seu percurso anterior; há que referir, todavia, que, em virtude do grande fôlego de

aplicação dos conceitos utilizados à observação sistematizada dos objectos empíricos seleccionados, esta obra faz emergir novas e válidas vias para a superação de muitas das críticas habitualmente dirigidas ao autor, sobretudo as que se prendem com os impasses na operacionalização dos conceitos por si criados e as que se relacionam com um certo «imperialismo» teórico, redundante e tautológico, dos sucessivos desenvolvimentos que Bourdieu tem trazido aos conceitos-base do seu pensamento. É particularmente interessante a forma articulada e versátil com que Bourdieu trata o enorme manancial de informação recolhida em torno da estruturação do mercado da habitação francês, cruzando as dimensões quantitativa e qualitativa dos dados (pontuam, nesta última vertente, a análise de conteúdo do discurso publicitário das diferentes empresas, a interpretação das diversas «mitologias da casa», o tratamento das entrevistas a informantes privilegiados e a abordagem sincrónica das conjunturas de «crise» ou «transformação aguda» nos relacionamentos entre os diversos campos analisados). Apesar do reconhecimento de que alguns aspectos desta obra poderiam ter sido alvo de cautelas maiores (nomeadamente, um certo teor inconclusivo do *Post-Scriptum*, «Du champ national au champ international», que, embora aborde com pertinência as falácias da naturalização da «mundialização» e da «nova ordem global», deveria suscitar uma exemplificação mais concreta e precisa dos efeitos trazidos à realidade específica da «economia das práticas» e da «prática económica» de cada campo nacional; do mesmo modo, não se equaciona de forma minimamente pormenorizada as continuidades e rupturas no capítulo das relações do «mercado da casa» gaulês com os circuitos económicos e financeiros internacionais, nem mesmo com os do espaço comunitário europeu), é importante referir que *Les Structures Sociales de l'Économie* se reveste de um enorme interesse, constituindo-se como

uma peça importante na actual produção na área das ciências sociais direccionada para um questionamento crítico do «pensamento único e unicamente neo-liberal», nas palavras do autor, uma «utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites». ■

André Aleixo